

---

## **A Epidemia de Dengue em 2013: Retratos das Cidades Brasileiras Produzidos por “Agência Brasil” e “Estadão”<sup>1</sup>**

Ana Beatriz TUMA<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **RESUMO**

A dengue é um complexo problema que abarca não só a área da saúde, mas outros campos, como o da Comunicação. Esta pesquisa concentra-se no jornalismo por ele ser um dos principais meios em que as pessoas adquirem informação sobre tal doença, sendo um recorte da dissertação de mestrado de Tuma (2017). O objetivo é investigar como as cidades brasileiras com esta enfermidade foram retratadas por dois dos maiores portais de notícias do país, um público e outro comercial, a “Agência Brasil” e o “Estadão”, na epidemia de 2013 (a segunda com mais de um milhão de casos confirmados). Para tanto, foi utilizada a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Como resultados, tem-se que há mais pontos de diferença do que de semelhança entre os retratos traçados por ambas as mídias, mas elas abordam, em geral, o aumento dos casos (de janeiro a maio).

**PALAVRAS-CHAVE:** Agência Brasil; dengue; Estadão.

### **INTRODUÇÃO**

Transmitida pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, a dengue tem caráter endêmico<sup>3</sup>/epidêmico<sup>4</sup> desde 1986 no Brasil e está disseminada por todas as unidades federativas (TAUIL, 2015). Ela é uma enfermidade infecciosa de início abrupto, provocada por um dos quatro sorotipos do vírus dengue (CUNHA; MARTÍNEZ, 2015)

Esta doença é um dos principais problemas de saúde pública no país, devido a seu grande número de casos, existindo anos com notificação de mais de um milhão de doentes, e à sua taxa de mortalidade ser, aproximadamente, de 4% a 5% dos casos graves

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA/USP), e-mail: anabeatriztuma@usp.br.

<sup>3</sup> Endemia é a constante presença de uma doença ou de um agente infeccioso em um determinado grupo populacional ou em uma dada área geográfica (GLOSSÁRIO..., 2015).

<sup>4</sup> Epidemia é o surto de uma enfermidade que afeta, simultaneamente, um grande número de pessoas de uma região (GLOSSÁRIO..., 2015).

---

(TAUIL, 2015). No entanto, sabe-se que esses números são maiores e mais assustadores por causa de sua subnotificação<sup>5</sup>.

Diversas e grandes modificações no Brasil semelhantes às que ocorreram em outros países do mundo, especialmente os em desenvolvimento, causam a proliferação, manutenção e disseminação do *Aedes aegypti*, o que motiva o aparecimento de milhares de casos de dengue todos os anos.

Entre as mudanças ocorridas, podem ser destacadas: a concentração populacional no meio urbano, com um arranjo habitacional caótico nos grandes centros; habitações precárias e sem suprimento regular de água potável; grande oferta de criadouros potenciais, gerados pela destinação inadequada de recipientes e embalagens descartáveis; e maior mobilidade populacional, com a possibilidade de deslocamentos a longas distâncias e por meios de transporte mais rápidos (RISI JUNIOR; NOGUEIRA, 2002).

Em decorrência da crescente expansão geográfica da dengue e da dificuldade de controle das epidemias, mesmo quando há intensos esforços de combate ao seu vetor *Aedes aegypti*, esta doença tem sido objeto de grande preocupação para as autoridades de saúde nacionais e internacionais (TEIXEIRA et al., 2015).

Contudo, ela não abarca só a área da saúde, mas outros campos, como o da Comunicação. Este artigo foca no jornalismo por ele ser um dos principais meios em que as pessoas adquirem informações sobre a dengue, sendo um recorte da dissertação de mestrado de Tuma (2017) defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O objetivo desta pesquisa é investigar como as cidades com tal enfermidade foram retratadas por dois dos maiores portais de notícias brasileiros, um público e outro comercial, a “Agência Brasil” e o “Estadão”, em uma situação de epidemia. O ano escolhido foi 2013, no qual houve notificação, pela segunda vez, de mais de um milhão de casos, especificamente 1 452 489 (BRASIL, 2015).

No próximo tópico, são descritos o *corpus* de análise e a metodologia utilizada neste artigo.

---

<sup>5</sup> As infecções oligossintomáticas (com poucos ou leves sintomas) e inaparentes causadas pelo vírus dengue transmitido pelo *Aedes aegypti* são muito frequentes. Por causa disso, a subnotificação de casos é bastante expressiva, mesmo quando a pessoa apresenta a forma clássica sintomática da doença, uma vez que o quadro clínico é confundido com muitas viroses febris e/ou exantemáticas (com erupção cutânea) ou por ser considerada pelos indivíduos como uma virose benigna, o que nem sempre faz com que busquem atenção médica. Dessa maneira, os dados das notificações oficiais são muito subestimados e não mostram a força da circulação viral, apesar de apontarem a tendência de incidência da enfermidade (TEIXEIRA; BARRETO; GUERRA, 1999).

---

## METODOLOGIA E *CORPUS* DE ANÁLISE

A Análise de Conteúdo (AC) proposta por Laurence Bardin (1977) é utilizada como referencial metodológico, sendo composta por três etapas cronológicas pelas quais esta investigação é constituída: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização do estudo (BARDIN, 1977). Nela, foi realizada a seleção do *corpus* de análise. Para tanto, foram feitas leituras integrais de todas as notícias que traziam em seus títulos termos como cidade, governo e estado, cujo conteúdo poderia dizer respeito a uma cidade específica. Assim obteve-se o total de 14 e 17 matérias, respectivamente, do “Estadão” e da “Agência Brasil”, que focalizam um município com dengue.

Por sua vez, a etapa de exploração do material “consiste, essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101). Diante do exposto, como instrumento de análise, foi elaborada uma tabela de codificação, na qual, para a identificação do texto, há as seguintes informações: mídia; data de publicação; título; repórter; editoria; cidade e o estado e a região a que esta pertence. Além dessas informações, estão presentes seis códigos, que aqui são chamados de indicadores de análise, produzidos a partir de revisão teórica e da reflexão sobre o conteúdo do “Estadão” e da “Agência Brasil” por meio da leitura integral de suas notícias.

Esses indicadores são constituídos por indagações, sendo os seguintes:

1 - Período não epidêmico e epidêmico: O Ministério da Saúde (BRASIL, 2009a, 2009b) preconiza ações de comunicação nesses diferentes períodos, o que motivou a pergunta: “A cidade está em um período epidêmico ou não epidêmico de dengue?”. Para tanto, se considerou a data em que a matéria foi publicada, segundo aponta Assunção (2011): de janeiro a maio, período epidêmico; e de junho a dezembro, período não epidêmico.

As seguintes questões foram respondidas se o texto dizia respeito ao período não epidêmico: “Adverte-se para a eliminação dos criadouros?”; “Descreve-se a biologia do *Aedes aegypti*?”; “Discorre-se sobre os hábitos do mosquito?”; “Citam-se quais são os locais de concentração do vetor?”; “Enumeram-se os principais sintomas da doença?”; e

---

“Orienta-se a população a procurar a unidade básica de saúde aos primeiros sintomas da doença?”.

Em período epidêmico, além das indagações já listadas, foram feitas: “Listam-se os sinais e sintomas de complicação da enfermidade?”; “Chama-se a atenção para o perigo da automedicação?”; e “Mencionam-se quais são as medidas de autocuidado em caso de dengue?”.

2 - Casos e mortes: Sobre isso, foram propostas as questões: “Citam-se os casos e/ou os casos suspeitos da enfermidade?”; “Se os citam, eles estão: aumentando, diminuindo ou não deixa isso claro?”; “Há referência(s) à(s) morte(s)?”; “Caso sim, elas estão: aumentando, diminuindo ou não deixa isso claro?”; “Destaca-se se há um público com mais mortes? Se sim, qual é o público?”. Para responder tais questões, levou-se em conta o que ocorreu apenas no ano analisado.

3 - Rede de serviços de saúde: Considerando que esta rede deve estar organizada para evitar óbitos, perguntou-se: “A rede de serviços de saúde está: se organizando, organizada, lotada, não se discorre sobre isso ou não deixa isso claro?”. Destaca-se que, para isso, foi levada em conta a menção a rede de serviços de saúde como um todo ou a partes dela, como hospitais e postos de saúde.

4 - Causa(s) da dengue: Diante da variedade de motivos da existência da dengue no Brasil, realizaram-se tais indagações: “Explica-se o que motiva a doença na cidade?”; “Se sim, qual(is) é(são) a(s) causa(s) da existência dela?”.

5 - Prevenção e controle: Acerca deste assunto, inicialmente questionou-se: “Há menção à(s) atividades(s) de prevenção/controle vetorial?”. Caso a resposta fosse afirmativa, devia-se perguntar: “Aborda(m)-se o(s) controle(s): mecânico, químico, biológico, legal, dois ou mais deles (escrever quais) ou não se abordam esses tipos de controle?”; “Se há o controle químico, cita(m)-se o(s) motivo(s) para sua utilização?”; “Caso o(s) cite(m), qual(is) é(são)?”; “Há a presença do mutirão de combate à dengue?”; “A vigilância em saúde é citada pela realização de ações de prevenção/controle?” (ela é composta por diversos elementos, como a vigilância sanitária e a vigilância epidemiológica; para essa resposta, consideram-se, também, a menção às ações dos

agentes de saúde que a integram); “A cidade aderiu a alguma medida alternativa de controle?”; “São feitas ações educativas de combate ao mosquito? Se sim, quais ações são realizadas? (na matéria, deve estar explícito que as ações são educativas)”;

“Quem realiza a prevenção/controla: o governo, a população ou ambos?”; e “Há referência à vacina da dengue?”.

6 - Fontes de informação: A pesquisa liderada por Araújo (2012), a qual mostrou que as falas predominantes são as autorizadas (cientistas, médicos, instituições de saúde), sendo a dos demais atores sociais, principalmente a da população, apenas consultadas para legitimar o que foi falado deu origem a seguinte questão: “Quais são as fontes de informação utilizadas na matéria?”; e “Se a população é uma fonte, sua fala é empregada para: legitimar o que foi dito, acrescentar novas informações ou ambas?”.

Os seis indicadores descritos acima foram aplicados na terceira etapa da Análise de Conteúdo (tratamento dos resultados, inferência e interpretação), sobre a qual se discorre na seção seguinte.

## A ANÁLISE

As 31 notícias do “Estadão” e da “Agência Brasil” que compõem o *corpus* de análise deste artigo foram esmiuçadas separadamente, uma em cada tabela de codificação, como unidades autônomas. Destaca-se que apenas a parte textual delas foi investigada.

Posto isso, sabe-se que as regiões que mais tiveram registros de casos de dengue em 2013 foram a Sudeste (918 226) e a Centro-Oeste (265 456) (BRASIL, 2015). Todas as 17 notícias da “Agência Brasil” e as 14 do “Estadão” se referiam a cidades dessas duas regiões.

A mídia governamental abordou os municípios de Barretos/SP, Cruzeiro/SP, Duque de Caxias/RJ, Macaé/RJ, Niterói/RJ, Santos/SP e Tupã/SP, uma vez (5,88%) cada; Brazlândia/DF, duas vezes (11,76%); Campo Grande/MS, três vezes (17,64%); e Rio de Janeiro/RJ, cinco vezes (29,44%). Já as cidades contidas nas matérias da mídia comercial foram: Barretos/SP e Miguelópolis/SP, uma vez (7,14%) cada; Campo Grande/MS, duas vezes (14,28%); Ribeirão Preto/SP e Sorocaba/SP, três vezes (21,42%); e Campinas, quatro vezes (28,56%).

Os períodos epidêmico e não epidêmico da dengue fazem parte do primeiro indicador de análise desta pesquisa. Ele mostrou que o “Estadão” veiculou 100% de seus textos no período epidêmico e a “Agência Brasil” publicou a maioria deles, isto é, 15 (88,23%), também no referido período.

Conforme escrito anteriormente, as informações sobre a dengue precisam ser veiculadas o ano inteiro (BRASIL, 2009a, 2009b). No entanto, o “Estadão” não divulgou nenhuma notícia sobre a doença no período não epidêmico e a “Agência Brasil” apenas uma pequena parcela do total de suas matérias.

No período não epidêmico, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009a, 2009b) preconiza a divulgação de informações sobre: os locais de concentração do vetor; a biologia do *Aedes aegypti*; os hábitos do mosquito; os principais sintomas da enfermidade; orientação para procurar a unidade básica de saúde aos primeiros sintomas da doença; e alertas acerca da eliminação dos criadouros.

As duas matérias veiculadas em tal período pela “Agência Brasil” não abordaram nenhuma das preconizações listadas acima. Essa mídia governamental não atendeu, portanto, o que o próprio governo recomenda para o período não epidêmico da dengue. De janeiro a maio, no período epidêmico da doença, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009a, 2009b) afirma que, além das informações veiculadas no período não epidêmico, precisa existir a divulgação sobre: o perigo da automedicação; as medidas de autocuidado em caso de dengue; e os sintomas e sinais de complicação da doença.

Neste período epidêmico, a “Agência Brasil” divulgou três das preconizações. Elas estão distribuídas em três (20%) das 15 notícias, sendo que apenas uma (6,65%) delas veiculou duas informações recomendadas, a saber: os hábitos do mosquito (em uma); os principais sintomas da enfermidade (em duas); e os sinais e sintomas de complicação da dengue (em uma). Nas 14 matérias do “Estadão”, as preconizações não foram abordadas.

Em relação ao segundo indicador de análise, casos e mortes por causa da dengue, primeiramente, foi revelado que a maior parte das notícias da “Agência Brasil” (64,70%) e a totalidade das do “Estadão” citaram os casos confirmados e/ou suspeitos da doença. Considerando que 2013 foi um ano com enorme notificação de casos de dengue, a grande quantidade de textos que os mencionaram era mesmo esperada.

Esses casos, na “Agência Brasil”, foram geralmente citados porque estavam aumentando (o que apareceu em 72,72% das matérias) e, no “Estadão”, a informação do

aumento ou diminuição deles não ficou clara em metade das notícias. Portanto, a mídia governamental teve menos notícias que não deixaram claro sobre a variação no número de casos do que a comercial. Contudo, isso não está de acordo com a precisão jornalística que precisa estar presente nas matérias.

Quanto às mortes em decorrência da dengue, pode-se afirmar que o “Estadão” não veiculou esse tipo de informação em 10 textos (71,42%) e a “Agência Brasil” em 11 notícias analisadas (64,70%).

É interessante o fato de os dois meios de comunicação terem divulgado uma quantidade relativamente pequena de notícias que faziam referência às mortes. Isso porque 2013 teve grande registro de óbitos devido à dengue.

Quase a totalidade das matérias da “Agência Brasil” (80%) que mencionaram as mortes não deixou claro se elas estavam diminuindo ou aumentando e, no restante (20%), registrou-se que elas estavam aumentando; no caso do “Estadão”, o aumento dos óbitos foi noticiado em 100% dos textos analisados. Aqui, mais uma vez, a mídia governamental não esteve de acordo com a precisão jornalística requerida pelas notícias.

A respeito de haver um público específico com mais mortes e qual seria ele, descobriu-se que, na “Agência Brasil”, apenas um texto dos que mencionaram mortes (16,66%) discorreu sobre isso, contando que ele era constituído por idosos com doenças pré-existentes. No caso do “Estadão”, metade das quatro matérias que citaram óbitos referiu-se a um público específico, o qual era formado por mulheres.

Como se percebe, cada uma das mídias mencionou um público específico com mais mortes, pois as cidades que abordaram também foram distintas. No entanto, de maneira geral, elas pouco trataram sobre a existência desses públicos.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009a), os óbitos causados pela dengue são evitáveis na maioria das vezes e dependem, normalmente, da organização da rede de serviços de saúde e da qualidade da assistência prestada.

Esta rede é o terceiro indicador de análise. Por meio dele, notou-se que o “Estadão” e a “Agência Brasil” não discorreram sobre tal rede em parte expressiva de suas matérias, respectivamente, 42,85% e 47,05%, mas quando tocavam no assunto, afirmavam que ela estava, em geral, se organizando.

Tanto a mídia governamental quanto a comercial não deixaram claro, em alguns textos, como estava a situação da rede de serviços de saúde, sendo que o “Estadão” foi o

que mais veiculou notícias desse tipo, imprecisas. Além disso, esses dois veículos jornalísticos não publicaram matérias em que esta rede se apresentava como organizada.

O próximo indicador de análise, o quarto, sobre as causas da dengue nas cidades, mostrou que a “Agência Brasil” divulgou mais matérias mencionando isso do que o “Estadão”, nessa ordem, sete (41,17%) e cinco (35,71%).

A causa mais apontada pela “Agência Brasil” foi a falta de imunidade da população contra o sorotipo 4 do vírus dengue, veiculada em dois textos (11,76%), e a circulação deste sorotipo é o motivo mais indicado pelo “Estadão”, presente em quatro notícias (28,57%).

Ambos os veículos de comunicação abordaram a falta de saneamento básico em somente uma matéria. Lembra-se, aqui, que esse é apenas um dos problemas que começou a ocorrer nas cidades desde o século passado e que desencadeiam a dengue atualmente. Os demais, como as habitações precárias e sem suprimento regular de água potável, não foram mencionados pelos dois veículos. Assim, eles tiveram uma visão reduzida dos motivos da doença. Também é importante ressaltar que notícias sobre a mesma cidade expuseram causas diferentes para a enfermidade.

A prevenção e o controle vetorial realizados ou não nas cidades constituem o quinto indicador de análise deste artigo. A menção a essas atividades ocorreu em 13 matérias do “Estadão” (92,85%) e 12 da “Agência Brasil” (70,58%).

Sendo os tipos de controle do *Aedes aegypti* o químico, o biológico, o legal e o mecânico, a mídia governamental deu mais atenção a este último, com seis textos tendo-os divulgado (50% dos que abordaram o assunto) e, depois, ao controle químico e ao legal, que estiveram presentes, cada um, em cinco matérias (41,66%). Do total das 12 notícias, destaca-se que: os controles químico, mecânico e legal apareceram juntos em duas (16,66%); o mecânico e químico em uma (8,33%); o químico e legal em duas (16,66%); e o mecânico e o legal em uma (8,33%). Esta mídia não abordou os referidos controles em quatro (33,33%) notícias.

O “Estadão” também mencionou mais o controle mecânico em cinco textos (38,46%) seguido do legal em quatro (30,76%) e do químico em dois (15,38%), mas em outras duas notícias nenhum deles foi abordado. Ressalta-se que os controles químico e mecânico foram citados juntos em uma matéria (7,69%).

Dessa maneira, identificaram-se textos de ambos os meios de comunicação que mencionaram a prevenção e o controle vetorial, mas não citaram especificamente nenhum



desses tipos de controle do *Aedes aegypti*. Além disso, o uso do controle biológico na cidade não foi abordado por essas mídias.

É importante levar em conta que, de acordo com Valle, Belinato e Martins (2015), a prioridade de controle tem que ser dada ao mecânico, porque, ao contrário do controle químico, ele elimina todos os mosquitos sem selecioná-los. Essa prioridade é dada pelos dois veículos de comunicação e, depois, aos controles legal e químico.

No que diz respeito ao controle químico, conforme afirmam esses autores, ele só deve ser indicado como último recurso a ser utilizado na cidade. Assim, pretendeu-se saber, nesta análise, se quando se discorria acerca do controle químico, citavam-se os motivos para a sua utilização e, em caso afirmativo, quais eram eles.

Das duas e cinco notícias, respectivamente, do “Estadão” e da “Agência Brasil” que abordaram tal controle, só uma do primeiro veículo de comunicação mencionou os motivos para a sua utilização. Isso é mostrado em: “[...] Ações de bloqueio já foram realizadas no bairro, segundo a secretaria. A escola em que o adolescente estudava recebeu nebulização” (TOMAZELA, 2013, s. p.). Todavia, o texto deste veículo não disse se o controle químico era o último recurso que a cidade utilizava para controlar a dengue.

Por sua vez, na prevenção/controlado do *Aedes aegypti*, o mutirão (ou arrastão) esteve presente em três (16,66%) e uma (7,69%) matérias, respectivamente, da “Agência Brasil” e do “Estadão”.

Destaca-se o fato de a mídia governamental ter publicado mais matérias, apesar de poucas, do que a comercial sobre a realização dos mutirões/arrastões de combate à dengue nas cidades. Esse tipo de ação é importante por fazer parte do controle mecânico do vetor.

Quase a totalidade das notícias da “Agência Brasil” que trataram sobre as atividades de prevenção/controlado vetorial, isto é, 11 (91,66%) citaram as ações realizadas pela vigilância em saúde; no “Estadão”, foram oito (61,53%). Lembra-se, aqui, que tal vigilância é constituída por diferentes elementos, como a vigilância epidemiológica, a vigilância sanitária e os agentes de saúde (agente comunitário de saúde e agente de controle de endemias).

A respeito das medidas alternativas de controle do *Aedes aegypti*, foi revelado que nenhum dos dois meios de comunicação as veiculou nas notícias analisadas de 2013. É interessante notar que, no referido ano, havia vários investimentos financeiros de empresas privadas e do governo brasileiro com relação à tais medidas, como os testes

com o mosquito transgênico realizados em Juazeiro/BA (VALLE; BELINATO; MARTINS, 2015), o que não teve retorno social por meio desses textos.

Ações educativas de controle da dengue foram divulgadas de maneira explícita apenas pela “Agência Brasil” em três de suas matérias (25%). Tais ações são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 – Ações educativas de combate ao mosquito apresentadas explicitamente pela “Agência Brasil” em 2013

|   |
|---|
| “[...] Serão distribuídos <b>folhetos educativos</b> e repassadas orientações sobre a prevenção da doença (AGÊNCIA BRASIL, 2013a, s. p., grifo próprio)”.   |
| “[...] ‘Estamos realizando diversas ações aqui em Duque de Caxias, onde o número de casos tem aumentado muito nos últimos tempos. Nossa intenção é estar junto da população com campanhas de divulgação e distribuição de <b>materiais educativos</b> . A conscientização ainda é a arma mais importante no combate à doença’, disse Sandra (AGÊNCIA BRASIL, 2013b, s. p., grifo próprio)”. |
| “No Cemitério do Caju, o maior da América Latina, os agentes estão distribuindo cartazes e <b>material educativo</b> para a população [...] (AGÊNCIA BRASIL, 2013d, s. p., grifo próprio)”.   |

Fonte: Elaboração própria.

A “Agência Brasil” publicou poucos textos em que mostrava explicitamente o que a cidade estava fazendo para educar a população quanto à prevenção e o controle do *Aedes aegypti*, enquanto o “Estadão” não veiculou nenhuma matéria sobre isso. Dessa maneira, pode-se inferir que a mídia governamental se preocupa mais com esse assunto do que a comercial.

O governo foi retratado como único promotor de prevenção e controle vetorial em 11 (84,61%) e nove (75%) textos, respectivamente, do “Estadão” e da “Agência Brasil”. O restante das notícias mostrou que o governo e a população deveriam compartilhar esses deveres. Cabe ressaltar que nenhuma matéria apresentou a população realizando tais ações sozinha ou como isso sendo apenas dever dela.

Assim, os dois meios de comunicação reforçaram a ideia, no leitor, de que a responsabilidade principal em prevenir e controlar a dengue era do governo. Contudo, a “Agência Brasil” se preocupou mais em apresentar a prevenção e controle como responsabilidade tanto da população quanto do governo.

Ainda sobre prevenção e controle, nota-se que nenhum texto dos dois meios de comunicação mencionou a vacina da dengue. É sabido, como no caso das medidas

alternativas de controle do vetor, que, em 2013, havia vários investimentos financeiros do governo brasileiro e de empresas privadas no desenvolvimento dessa vacina (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2015). No entanto, não foi publicado nada a respeito, o que também não gerou retorno social desses investimentos.

Por fim, o sexto indicador de análise, fontes de informação, mostrou que as fontes governamentais foram consultadas em todas as matérias por ambos os veículos de comunicação. Outra fonte consultada foi a população, mas em apenas uma (7,14%) e cinco (29,41%) notícias, respectivamente, do “Estadão” e da “Agência Brasil”. Os especialistas não foram consultados em nenhuma notícia.

Algo semelhante pode ser observado na pesquisa liderada por Araújo (2012): as falas predominantes foram as autorizadas e não as da população. Além disso, como na referida pesquisa, os dois veículos consultaram a população para legitimar o que havia sido dito em todos os textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada neste artigo, percebe-se que há mais pontos de diferença do que de semelhança entre a mídia comercial e a pública. As cidades brasileiras com dengue foram retratadas pela “Agência Brasil” em 2013 como localizadas, geralmente, no Sudeste. Os lugares encontravam-se, em sua maioria, no período epidêmico da dengue, porém, as notícias não veicularam todas as informações preconizadas pelo Ministério da Saúde para este período e para o não epidêmico.

O aumento dos casos foi registrado, mas, sobre as mortes, não se deixava claro se elas estavam aumentando ou diminuindo na maior parte das matérias, sendo o público mais atingido os idosos com doenças pré-existentes. A rede de serviços de saúde estava, em geral, se organizando e a enfermidade tinha como causa principal a falta de imunidade da população contra o sorotipo 4 do vírus dengue.

Com relação às ações de prevenção e controle do mosquito, elas foram promovidas especialmente pelo governo. O controle mecânico foi o mais utilizado e, quando se fazia uso do controle químico, não se justificava o porquê. O mutirão de combate à dengue e as medidas educativas foram pouco mencionados. Houve muita ação da vigilância em saúde, mas não se registrou a aplicação de medidas alternativas de controle do *Aedes aegypti*, assim como a da vacina da dengue. O governo foi quem falou

---

em nome das cidades e a população foi consultada apenas para legitimar o que havia sido dito.

Por sua vez, o “Estadão” retratou as cidades do Brasil com dengue em 2013 como situadas, em geral, no Sudeste. Elas estavam no período epidêmico da doença, mas as matérias não divulgaram todas as preconizações do Ministério da Saúde para tal período.

Havia o aumento dos casos e das mortes em decorrência da doença, sendo as mulheres o público com mais óbitos. A rede de serviços de saúde parecia estar se organizando. A circulação do sorotipo 4 do vírus dengue foi indicada como a principal causa da enfermidade.

No que tange às ações de prevenção e controle do *Aedes aegypti*, elas foram realizadas, majoritariamente, pelo governo. O controle mecânico foi o mais utilizado e o controle químico foi aplicado em ações de bloqueio. Já os arrastões de combate à dengue quase não foram citados. Houve bastante presença das ações da vigilância em saúde, mas não foram abordadas as medidas alternativas de controle ao vetor e nem as medidas educativas, além de a vacina da dengue não ter sido mencionada. Consultou-se, principalmente, o governo para saber acerca das cidades e a população serviu apenas para legitimar o que havia sido dito na notícia.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Até o carnaval, Secretaria de Saúde faz série de ações de combate à dengue no Rio**. 2013a. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-14/ate-carnaval-secretaria-de-saude-faz-serie-de-acoes-de-combate-dengue-no-rio>>. Acesso em: 12 out. 2016.

AGÊNCIA BRASIL. **Duque de Caxias faz mutirão contra a dengue**. 2013b. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-19/duque-de-caxias-faz-mutirao-contra-dengue>>. Acesso em: 17 out. 2016.

AGÊNCIA BRASIL. **Macaé intensifica ações de combate ao mosquito transmissor da dengue**. 2013c. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-11/macaé-intensifica-acoes-de-combate-ao-mosquito-transmissor-da-dengue>>. Acesso em: 26 out. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Anvisa autoriza Instituto Butantan a iniciar Ensaio Clínico fase 3 da vacina contra dengue**. 2015. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+-+noticias+anos/2015/anvisa+autoriza+instituto+butantan+a+iniciar+ensaio+clinico+fase+3+da+vacina+contra+dengue>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ARAÚJO, I. S. As mídias, as instituições de saúde e a população: convergências e divergências na comunicação sobre a prevenção da dengue. **Organicom**: revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas, São Paulo, v. 9, n. 16/17, p.50-66, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/507/423>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ASSUNÇÃO, T. **Ministério lança Campanha de Combate à Dengue**. 2011. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/profissional-e-gestor/vigilancia/links-vigilancia?start=725>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle da Dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009a. 160 p. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_prevencao\\_controle\\_dengue.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b. 816 p. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_epidemiologica\\_7ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Casos de Dengue: Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federadas**, 1990 a 2014. 2015. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/julho/29/Dengue-at---2014.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

CUNHA, R. V.; MARTÍNEZ, E. Manejo clínico do paciente com dengue. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. da (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Cap. 10. p. 221-246.

GLOSSÁRIO. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Cap. 2. p. 449-458.

RISI JUNIOR, J. B. R.; NOGUEIRA, R. P. (Coord.). As condições de saúde no Brasil. In: FINKELMAN, J. (Org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. [Rio de Janeiro]: Editora Fiocruz, 2002.

TAUIL, P. L. Prefácio. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. p. 11-13.

---

TEIXEIRA, M. G.; BARRETO, M. L.; GUERRA, Z. Epidemiologia e Medidas de Prevenção do Dengue. **Informe Epidemiológico do Sistema Único de Saúde**, [S. l.], v. 8, n. 4, p.5-33, 1999. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/iesus/v8n4/v8n4a02.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

TEIXEIRA et al. Epidemiologia da dengue. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Cap. 14. p. 293-316.

TOMAZELA, J. M. **Sorocaba tem a primeira morte por dengue hemorrágica**. 2013. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,sorocaba-tem-a-primeira-morte-por-dengue-hemorragica,997446>>. Acesso em: 14 out. 2016.

TUMA, A. B. C. **A dengue na mídia: representações das cidades brasileiras veiculadas pela "Agência Brasil" e pelo "Estadão" em 2010 e 2013**. 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322331>. Acesso em: 11 jul. 2021.

VALLE, D.; BELINATO, T. A.; MARTINS, A. J. Controle químico de *Aedes aegypti*, resistência a inseticidas e alternativas. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. da (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Cap. 4. p. 93-126.